

PODER

INSS: deputada sob suspeita

Apontada como articuladora política de descontos indevidos, Gorete Pereira é alvo de operação da PF. Ela terá de usar tornozeleira

» DANANDRA ROCHA

A deputada federal Gorete Pereira (MDB-CE) foi um dos alvos da Operação Indêbita, da Polícia Federal, um dos desdobramentos da Operação Sem Desconto, que investiga cobranças associativas indevidas em aposentadorias e pensões do INSS. Por determinação do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), a parlamentar terá de usar **tornozeleira eletrônica**.

Na decisão que embasa as medidas cautelares, Mendonça afirma haver elementos consistentes que indicam a participação da parlamentar em um esquema de desvio de recursos de aposentados e pensionistas do INSS. "A deputada Maria Gorete emerge no conjunto probatório apresentado pela Polícia Federal como integrante relevante do grupo criminoso, com atuação na articulação política e operacional das associações fraudulentas", ressaltou o magistrado.

Ele rejeitou, porém, o pedido, feito pela PF, para a prisão preventiva da deputada. "Insta salientar que tenho adotado postura cautelosa em relação a pedidos de decretação de prisão de parlamentares. Parto da premissa de que essa medida acarreta efeitos significativos em uma república, notadamente por inviabilizar o pleno exercício do mandato parlamentar. Por mais que seja possível a decretação da prisão de parlamentar, consoante muito bem salientado pelo Ministério Público Federal em seu parecer lançado nos autos, cuida-se de provimento judicial que exige extrema diligência e que, por isso mesmo, só deve ser adotado em circunstâncias excepcionais."

De acordo com o ministro, há evidências de que a deputada teria adquirido um apartamento avaliado em mais de R\$ 4 milhões por meio de uma empresa de fachada, além de um veículo de luxo, cujo valor ultrapassa R\$ 400 mil. Os recursos, segundo a apuração, teriam origem em

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



A deputada Gorete Pereira afirmou que não praticou qualquer “ato ilícito” e que as informações divulgadas não refletem a realidade dos fatos

Outras medidas

Além de usar tornozeleira, Gorete Pereira está proibida de manter contato, por qualquer meio, com os demais investigados e testemunhas. Ela também não poderá frequentar as sedes de nenhuma entidade associativa com a qual já tenha tido alguma relação, bem como repartições do INSS ou Dataprev. A deputada não pode exercer funções administrativas ou financeiras junto das entidades e está proibida de ausentar-se do município de sua residência, “salvo se o deslocamento for para Brasília, incluindo-se vedação de sair do país, com entrega do passaporte na Polícia Federal no prazo de 48 horas”. Ela ainda tem de seguir a regra do recolhimento domiciliar noturno e nos dias de folga.

montantes desviados de beneficiários do sistema previdenciário. A decisão também menciona a apreensão de planilhas nas quais o nome da parlamentar aparece associado a valores expressivos, supostamente destinados ao pagamento de propina. Para Mendonça, os indícios apontam para participação direta em irregularidades relacionadas à inclusão de descontos indevidos.

Ainda segundo o magistrado, existem “indícios robustos” que valores foram depositados diretamente em contas vinculadas à parlamentar, provenientes de empresas controladas por ela e por familiares. Essas companhias, de acordo com a investigação, funcionariam como intermediárias na movimentação de recursos desviados. Também foi alvo de busca e apreensão Cecília Rodrigues Mota, ex-presidente de entidades representativas de aposentados, que prestou depoimento na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, em novembro de 2025, e contra quem foram expedidos mandados de prisão. Ao todo, foram cumpridos 19 mandados de busca e apreensão e dois de prisão, além de outras medidas cautelares, no Ceará e no Distrito Federal. Segundo os investigadores, o grupo é suspeito de inserir dados falsos em sistemas oficiais para viabilizar descontos não autorizados diretamente nos benefícios previdenciários. A ação ocorreu em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU). As suspeitas são de organização criminosa, estelionato previdenciário e estratégias de ocultação e dissipação de patrimônio. Em nota, Gorete Pereira afirmou que não praticou qualquer “ato ilícito” e que as informações divulgadas não refletem a realidade dos fatos. A defesa da deputada informou, ainda, que se manifestará oportunamente após a análise detalhada do processo.

Pagamento de R\$ 4 milhões a Stefanutto, diz PF

A Polícia Federal afirma que o ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) Alessandro Stefanutto recebeu R\$ 4 milhões em propinas da advogada Cecília Rodrigues Motta, suspeita de atuar por entidades que efetuaram descontos fraudulentos sobre aposentadorias pela Previdência Social. A menção aos pagamentos consta na decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou a prisão de Cecília no âmbito da Operação Sem Desconto, que investiga supostas fraudes de R\$ 6,2 bilhões contra aposentados. Segundo a decisão do ministro, "a partir das análises dos dados extraídos do telefone de Cecília foram encontrados comprovantes de supostos pagamentos, reservas de hospedagem e passagens aéreas em nome de Gilmar Stelo, identificado como assessor direto de Stefanutto". Stelo é um personagem conhecido da PF na Operação Sem Desconto. Advogado com escritório no Rio

Grande do Sul, ele já era apontado como suposto operador de propinas de outra entidade, a Conafer, a Stefanutto, que presidiu o INSS até abril de 2025, quando foi afastado judicialmente no âmbito da Sem Desconto. Mais tarde, ele viria a ser preso na operação. Cecília Motta também foi alvo da primeira fase da operação, sob suspeita de representar diversas entidades junto ao INSS e pagar propinas a dirigentes para costurar com o órgão acordos de cooperação técnica que permitiam que essas associações pudessem efetuar descontos diretamente da folha de pagamento de aposentados em troca de oferecer serviços e seguros. As entidades são suspeitas de fraudar assinaturas e biometria das vítimas em filiações. As investigações ainda identificaram que a deputada federal Maria Gorete Pereira (MDB-CE), suspeita de receber propinas de Cecília, também atuou junto a Stefanutto. Segundo a decisão de

Mendonça, ela "frequentemente contactava servidores do INSS, dentre eles Stefanutto, para, mediante pagamento de propina, viabilizar o credenciamento e ativação de entidades associativas de aposentados com as quais tinha relação". Em nota, a defesa de Stefanutto "esclarece que são inverídicas as informações que o vinculam a supostas irregularidades no âmbito do novo desdobramento da operação da Polícia Federal". Ainda conforme a defesa, Stefanutto jamais procurou a deputada Gorete Pereira. O contato, segundo sustentou, ocorreu "por iniciativa da própria parlamentar, que buscou a Presidência do INSS para tratar de tema institucional relacionado ao Acordo de Cooperação Técnica (ACT) da entidade Cenap.ASA". "Na condição de gestor público, Stefanutto sempre recebeu parlamentares e representantes institucionais dentro da rotina administrativa do cargo", acrescentou.

Jefferson Rudy/Agência Senado



A defesa de Stefanutto negou “supostas irregularidades” do cliente

BC liquida mais um banco do grupo Master

» ROSANA HESSEL
» JÉSSICA ANDRADE

O Banco Central (BC) anunciou, ontem, a liquidação extrajudicial do Banco Master Múltiplo, subsidiária do conglomerado do Banco Master, controlado pelo banqueiro Daniel Vorcara. A liquidação do Master Múltiplo substitui o Regime de Administração Especial Temporária (Raet), que estava em vigor desde 18 de novembro de 2025, mesmo dia em que o BC liquidou o Banco Master, o Banco Letsbank e o Banco Master de Investimento. Posteriormente, outras duas instituições do conglomerado foram liquidadas: o Will Bank, em janeiro,

e o Banco Pleno, em fevereiro. Com a decisão, encerra-se o processo de intervenção no Banco Master Múltiplo, enquanto o Banco Central informou que segue investigando eventuais irregularidades relacionadas à atuação da instituição e de seus gestores. De acordo com o Banco Central, o fato de o Master Múltiplo não realizar captação de depósitos do público reduz riscos ao Sistema Financeiro Nacional (SFN). Com isso, essa nova liquidação não deve impactar no Fundo Garantidor de Créditos (FGC), de acordo com a assessoria do Fundo. O Master Múltiplo não possuía captação de depósitos do público e foi submetida ao Raet na tentativa

de se viabilizar a continuidade dos negócios de sua controlada, a Will Financeira. Contudo, como o prazo de 120 dias venceu e não houve comprador interessado, a instituição foi liquidada. “A decisão do BC mostra que o Master Múltiplo não tinha salvação, porque ninguém quis comprar. E essa decisão segue o padrão da intervenção do BC. Agora, o banco entra em liquidação”, explicou o consultor Roberto Luís Troster, ex-economista-chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Ele reconheceu que essa sucessão de liquidações de empresas do conglomerado do Master mostra que o escândalo é cada vez maior.

“Aos poucos, a poeira está assentando, e dá para ver que o estrago financeiro foi bem grande”, acrescentou o especialista. A liquidação do Banco Master e das instituições ligadas ao conglomerado de Vorcara e seus sócios, desde novembro de 2025, implicaram um rombo de R\$ 51,8 bilhões no Fundo Garantidor de Créditos (FGC), o maior prejuízo do Fundo desde a sua criação, em 1994. De acordo com informações do FGC, até segunda-feira, foram pagos R\$ 38,9 bilhões em garantias aos credores do conglomerado Master (Banco Master, Master de Investimento e Letsbank), o que representa 96% do montante a ser pago. Em termos de números de

beneficiários da garantia, aproximadamente 686 mil credores já receberam os valores, correspondente a 88% do número total. Em relação ao Will Bank, o FGC estima que serão pagos R\$ 6,3 bilhões em garantias. Em 13 de fevereiro foi iniciada a antecipação do pagamento da garantia aos credores que sejam clientes diretos do Will Bank e que possuam valores a receber de até R\$ 1 mil. Sobre esses casos, em que o processo está sendo realizado pelo aplicativo do Will Bank, já foram pagos R\$ 123 milhões, o que representa 69% do montante das antecipações a ser pago, de R\$ 178 milhões. Segundo informações do Fundo, aproximadamente 1 milhão de

credores já receberam os valores, correspondente a 17% do total de 6 milhões de pessoas que atenderam aos requisitos para receber a antecipação da garantia. Já o Banco Pleno, controlado pelo banqueiro Augusto Ferreira Lima, ex-sócio de Vorcara no Master, tem uma base estimada de 160 mil credores com depósitos elegíveis ao pagamento da garantia, que somam R\$ 4,9 bilhões. Segundo o FGC, a instituição não faz parte do conglomerado Master, assim, o liquidante dessa instituição vai apurar a garantia até o limite da regulamentação, de até R\$ 250 mil por Cadastro da Pessoa Física (CPF) ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).